



Governo sem pressa para criar estatuto de denunciante



Rui Pinto, que está à espera de julgamento por alegada tentativa de extorsão à Doyen Sports, revelou ser fonte do Luanda Leaks

Governo sem pressa para criar estatuto de denunciante

Ministério da Justiça lembra que tem dois anos para fazer lei que pode beneficiar Rui Pinto. PAN antecipa-se

Inês Banha,
Numo Miguel Roptio
e Tiago Rodrigues Alves
justica@jn.pt

LEGISLAÇÃO O Ministério da Justiça (MJ) não mostra qualquer intenção em acelerar a transposição da diretiva da União Europeia (UE) que irá proteger os denunciantes de crimes. Tal proteção legal poderia vir a ser uma ajuda para a defesa do hacker Rui Pinto, que revelou ser a fonte dos Luanda Leaks. O PAN não vai esperar pelo Governo e anun-

ciou que vai avançar com uma iniciativa para criar essa legislação.

O prazo para a criação da lei, seguindo as regras delineadas por Bruxelas, termina a 17 de dezembro de 2021. Sendo expectável que o hacker gaiense, de 30 anos, possa vir a ser julgado até lá por, entre outros crimes, uma alegada tentativa de extorsão ao fundo de investimento Doyen Sports.

Ao JN, o MJ respondeu que "o Governo está atento à situação e durante o ano de 2020 estará a trabalhar para

preparar uma proposta legislativa nesse sentido".

O Ministério liderado por Francisca Van Dunem admitiu não estar com pressas para criar tal moldura legal que a defesa de Rui Pinto até gostaria de ter como trunfo durante a fase de julgamento. "Informa-se que o Estado Português tem até dezembro de 2021 para fazer a transposição da referida diretiva", apontou, laconicamente, a tutela.

Segundo o projeto de lei do PAN, que só será entregue após a votação do Orçamen-

to do Estado, os denunciantes terão "um papel fundamental na salvaguarda do interesse público dos países, sobretudo no combate à corrupção". O partido defende o alargamento do "conceito legal de denunciante às pessoas que não possuem qualquer tipo de relação de trabalho com a pessoa ou entidade em que são praticadas as irregularidades".

HÁ AINDA MAIS "LEAKS"

Marcelo Rebelo de Sousa escusou-se, ontem, a comentar os Luanda Leaks, frisando que o estatuto do denunciante é uma matéria da "competência parlamentar".

Ontem, Ana Gomes garantiu que Rui Pinto tem mais informação para revelar além do caso que envolve Isabel dos Santos. A ex-eurodeputada revelou, no Fórum TSF, que o hacker lhe contou que fez "várias denúncias anónimas pelos canais da Procuradoria-Geral da República" que nunca motivaram uma investigação. Contactada pelo JN, esta entidade escusou-se a fazer qualquer atualização sobre os pedidos de cooperação internacional que garante já ter recebido no âmbito do Luanda Leaks. ●

FORMENORES

Correção

Ontem, por lapso foi escrito que William Bourdon teria dito que Rui Pinto se deparou com as informações do Luanda Leaks ao vasculhar o sistema informático da PLMJ quando, na realidade, o advogado francês apenas se limitou a afirmar ao NYT que ele "tropicou" nas informações, sem nunca revelar a sua origem. A referência ao escritório de advogados é feita pelo próprio jornal, sem citar a fonte.

Europa preocupada

O presidente do Conselho de Supervisão do Banco Central Europeu, Andrea Enria, afirmou, sobre a posição de Isabel dos Santos em Portugal, que não está "muito contente" com a "confusão" legislativa na supervisão bancária europeia. Na sexta-feira, a Autoridade Bancária Europeia informou estar a acompanhar as operações financeiras da empresária, tendo já contactado "as entidades competentes relevantes".